

O ESTADO DE S. PAULO



Terça-feira 29 DE JUNHO DE 2021 R\$ 5,00 ANO 142 Nº 46641

estadão.com.br

NA QUARENTENA

A NOVA CARA DO CAFÉ SOLÚVEL

Testamos produtos disponíveis no mercado. PÁG. H1



FELIPE PAU / ESTADÃO

DIDA SAMPAIO/ESTADÃO



Cores para celebrar a causa LGBT+

Prédio do Congresso recebe, na noite de ontem, projeção em alusão ao Dia Internacional do Orgulho LGBT+; ativista diz que o caminho a ser percorrido ainda é longo.

METRÓPOLE / PÁG. A13

Com risco de apagão, agência quer dobrar taxa sobre energia

Aneel deve decidir hoje; ministro vai à TV e pede que população poupe água e energia

Com a crise hídrica e a utilização de usinas térmicas para evitar um apagão, a área técnica da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) calcula que a taxa referente à bandeira vermelha nível dois na conta de luz do consumidor brasileiro deve subir dos atuais R\$ 6,24 para cerca de R\$ 12,00 a cada 100 quilowatts-hora consumidos. O entendimento é de que o setor elétrico passa por um momento nunca visto em nove

10,5%

é a alta no custo da energia elétrica que poderia ser acarretada no caso de uma elevação da bandeira vermelha para R\$ 11

décadas e será necessário fazer frente aos custos elevados de operação das usinas térmicas. Ontem à noite, o ministro de Minas e Energia, Bento Albu-

querque, pediu em rede nacional de rádio e TV que a população poupe água e energia elétrica. O governo editou uma medida provisória que dá a Albuquerque poderes excepcionais para o enfrentamento da crise. O texto da MP foi alterado antes da publicação e não há mais menção a um programa de racionamento ou racionalização do uso de energia, como na primeira versão. **ECONOMIA / PÁG. B1**

Orçamento secreto incluiu Defesa, Justiça e Agricultura

Apesar do maior foco no Ministério do Desenvolvimento Regional, documentos mostram acertos, até por meio de WhatsApp, para o repasse de emendas do orçamento secreto para as pastas da Agricultura, da Justiça e até da Defesa, no programa Calha Norte, na Amazônia. O orçamento secreto foi criado para garantir apoio político a Jair Bolsonaro no Congresso. **POLÍTICA / PÁG. A4**

R\$ 261 milhões

foi o valor do repasse das emendas de relator para as pastas de Agricultura, Justiça e Defesa

Bolsonaro mantém PP com feudo na área de vacinas

Nomes ligados ao Progressistas, partido do líder do governo, Ricardo Barros, controlam desde 2016 o Departamento de Logística do Ministério da Saúde, de onde surgiram as suspeitas de corrupção envolvendo a compra da Covaxin. Jair Bolsonaro, que prometia não aceitar indicações políticas em áreas técnicas, manteve a estrutura com a sigla que integra o Centrão. **POLÍTICA / PÁG. A6**

“Não tenho como saber o que acontece nos ministérios”
JAIR BOLSONARO
PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Polícia dispara 125 vezes e mata Lázaro em GO

Lázaro Barbosa, de 32 anos, conhecido como o “serial killer do DF”, morreu baleado ontem, após um cerco de mais de duas semanas. Segundo o boletim de ocorrência, ele atirou contra os agentes, que revidaram com 125 disparos. Acusado de matar uma família de quatro pessoas, foi socorrido com vida e chegou morto ao hospital. **METRÓPOLE / PÁG. A11**

Pacaembu deve começar a ser reformado hoje

A reforma do complexo esportivo do Pacaembu deve ser iniciada hoje com a remoção do tobogã. A obra está prevista para durar cerca de dois anos e o investimento da empresa que ganhou a concessão deve chegar a R\$ 400 milhões. Moradores do bairro tentam barrar a obra na Justiça. **METRÓPOLE / PÁG. A13**



VIDA NOVA APÓS O IPO NA BOLSA

Claudio Gora e Gilberto Mautner, da Locaweb; ao abrir capital, companhias ganham visibilidade, mas responsabilidades crescem. **ECONOMIA / PÁG. B6**



WER THER SANTANA/ESTADÃO

Venezuelanos chegam por terra aos EUA

INTERNACIONAL / PÁG. A8

NOTAS & INFORMAÇÕES

Os 'rolos' e os enrolados

Jair Bolsonaro e seus auxiliares podem jurar inocência, mas há muito a explicar depois das denúncias feitas na sexta-feira à CPI. **PÁG. A3**

Longe de uma reforma tributária

Proposta é eleitoreira e ignora questões essenciais. **PÁG. A3**

Eliane Cantanhêde Bolsonaro, o distraído
Ou os irmãos Miranda gravaram o presidente ou estão blefando. Bolsonaro paga para ver? **POLÍTICA / PÁG. A6**

Pedro Fernando Nery A miséria da pobreza
Apesar do mito de que há leveza na pobreza, a vida dos mais pobres é cercada de estresse. **ECONOMIA / PÁG. B3**

Ana Carla Abrão Ricos mais ricos
Nosso crescimento se dará com ricos ficando mais ricos num País cada vez mais pobre. **ECONOMIA / PÁG. B4**

Adiamento e 3ª dose 'reforçariam' AstraZeneca

Estudo preliminar publicado ontem na revista médica *The Lancet* aponta que o adiamento por mais semanas da aplicação da segunda dose da vacina da AstraZeneca pode ser benéfico, além de uma terceira dose criar um “forte” reforço imunológico contra o coronavírus e suas variantes. **METRÓPOLE / PÁG. A12**

● **Segura para crianças**
Estudo indica que a Coronavac, do Instituto Butantan, é segura e capaz de gerar resposta imune em crianças e adolescentes de 3 a 17 anos. **PÁG. A12**

● **A pandemia no Brasil***

TOTAL DE MORTES	514.202
NOVOS REGISTROS DE MORTES EM 24H, ATÉ AS 20H DE ONTEM	658
MÉDIA MÓVEL DE MORTES (7 DIAS)	1.626
TOTAL DE TESTES POSITIVOS	18.447.420
NOVOS CASOS DETECTADOS EM 24H, ATÉ AS 20H DE ONTEM	30.307
TOTAL DE VACINADOS	71.369.215
TOTAL DE RECUPERADOS (†)	16.673.329

*NÚMEROS DO CONSÓRCIO DE IMPRENSA. (†) FONTE: MIN. DA SAÚDE

Tempo em SP
10' Mín. 16' Máx.



E&N

ECONOMIA & NEGÓCIOS

Tributação criticada

Novo IR põe em xeque fundos imobiliários

Pág. B4

Bancos digitais

JP Morgan paga R\$ 10 bilhões por 40% do C6

Pág. B5

Crise elétrica. Sugestão da área técnica da Agência Nacional de Energia Elétrica é subir de R\$ 6,24 para até R\$ 12 o valor da bandeira vermelha 2 a cada 100 quilowatts-hora consumidos, para cobrir o custo extra com o uso de termelétricas; decisão será anunciada hoje

Com risco de racionamento, Aneel avalia dobrar taxa extra na conta de luz

Anne Warth | BRASÍLIA

A área técnica da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) calcula que o novo patamar da bandeira vermelha nível dois deve subir para algo entre R\$ 11,50 e R\$ 12,00 a cada 100 quilowatts-hora consumidos. Esse seria o valor necessário para cobrir todo o custo adicional com o acionamento de termelétricas ao longo do segundo semestre deste ano, diante da situação crítica dos reservatórios de água e do risco de um novo racionamento de energia. A decisão final será tomada hoje em reunião pública do órgão regulador, formada por cinco diretores.

A sugestão da área técnica não tem caráter obrigatório, de forma que a diretoria pode, se assim desejar, aprovar um valor menor ou maior do que o proposto. Se forem acatados, os valores vão representar um aumento entre 84,3% e 92,3%, respectivamente, na taxa extra embutida nas contas de luz.

A bandeira vermelha nível 2 está em R\$ 6,24 a cada 100 quilowatts-hora. A proposta da Aneel era um reajuste para R\$ 7,57 por 100 kWh – um salto de até 21%. Mas, no dia 15, em audiência pública na Comissão de Minas e Energia da Câmara, o diretor-geral da Aneel, André Pepitone, confirmou que o reajuste superaria esse percentual – como antecipou o *Estadão/Broadcast* em 11 de junho.

A energia elétrica é um dos itens de maior peso na inflação oficial medida pelo IPCA, respondendo por 4,24% da cesta de consumo. O economista André Braz, coordenador de índices de preços da Fundação Getúlio Vargas (FGV), diz que um aumento da bandeira para R\$ 11,00 levaria a uma alta de 10,5% no item energia elétrica.



Rádio e TV. Em rede nacional, Albuquerque disse que consumo consciente reduz pressão no sistema e custo de energia

● Peso na inflação
4,24%
é a participação da energia elétrica na cesta de consumo que define a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA), sendo um dos itens de mais peso na composição do indicador

Esse efeito, sozinho, geraria um impacto de 0,4 ponto percentual na inflação em julho. Na inflação das famílias de baixa renda, medida pelo INPC, o impacto seria até maior – superior a 0,5 ponto, afirma Braz. O sócio e economista-chefe

da RPS Capital, Gabriel Leal de Barros, calcula um impacto no IPCA de 0,25 ponto percentual, se a bandeira for reajustada para R\$ 11,50, e de 0,27 ponto, se for para R\$ 12,00.

O entendimento é que o setor elétrico passa por um momento nunca visto antes e que será necessário fazer frente aos custos elevados de usinas térmicas, necessárias para garantir o fornecimento de energia no País. Por isso, a avaliação é que seria necessário dar um sinal claro aos consumidores de que a geração de energia está mais cara. O atual nível da bandeira vermelha dois não tem sido suficiente para incentivar os consumidores a economiza-

rem energia.

Ontem à noite, o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, pediu em pronunciamento em rede nacional de rádio e TV que a população poupe água e energia (*mais informações ao lado*).

Regras. O sistema de bandeiras tarifárias foi criado em 2015 para indicar os valores da energia no País aos consumidores. Na prática, as cores e modalidades – verde, amarela e vermelha nível um e dois – indicam se haverá ou não cobrança extra nas contas de luz. A medida também atenuou os efeitos no orçamento das distribuidoras. Até então, as empresas eram

obrigadas a carregar os custos, que só eram repassados às contas de luz no reajuste tarifário anual.

Enquanto os reajustes tarifários ordinários nas tarifas dos consumidores são feitos apenas uma vez por ano, os valores das bandeiras são repassados mensalmente. Porém, com o agravamento da crise hídrica e o aumento do custo de geração, eles não têm sido suficientes para cobrir toda a despesa para a compra de energia. Assim, há um problema de descasamento entre o que as concessionárias precisam pagar agora aos geradores e o que estão efetivamente recebendo dos consumidores. / COLABOROU IDIANA TOMAZELLI

Ministro pede economia no uso de energia e água

BRASÍLIA

O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, pediu na noite de ontem a colaboração da população para economizar energia e água por causa da crise hídrica. Em pronunciamento oficial em cadeia de rádio e TV, ele afirmou que é natural que os brasileiros tenham preocupação com a possibilidade de um racionamento, como aconteceu em 2001. O ministro reiterou que o governo está atento e afirmou que o sistema elétrico brasileiro evoluiu nos últimos anos, o que traz “garantia do fornecimento de energia elétrica aos brasileiros”.

Durante o pronunciamento, o ministro citou medidas do governo para enfrentar a situação, incluindo um programa de redução de consumo voluntário para incentivar grandes empresas e indústrias a deslocarem o uso de energia para horários menos disputados. O mecanismo ainda está em elaboração e não há previsão de quando será lançado. Segundo o ministro, o consumo consciente vai reduzir a pressão no sistema elétrico e o custo da energia gerada.

“Essas medidas são essenciais, mas, para aumentar nossa segurança energética, é fundamental que, além dos setores do comércio, de serviços e da indústria, a sociedade brasileira participe desse esforço, evitando desperdícios no consumo de energia. Com isso, conseguiremos minimizar os impactos no dia a dia da população.” / MARLLA SABINO e A.W.

Governo propõe criar comitê de crise com poderes excepcionais

Medida provisória prevê ainda repasse de custos para consumidor; novo texto não menciona mais termo ‘racionalização’

BRASÍLIA

O governo publicou ontem uma medida provisória (MP) que dá poderes excepcionais para o enfrentamento da crise hídrica ao ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque. O *Estadão/Broadcast* antecipou a versão final da MP, que sofreu várias mudanças em relação à primeira proposta, também revelada pela reportagem.

Após a repercussão negativa, o governo decidiu retirar o termo “racionalização compulsória” do texto. O trecho abria a possibilidade de o governo implementar um racionamento de energia. Não há mais nenhuma menção ao programa de racionamento (corte compulsório no consumo de energia) ou à racionalização (incentivo à economia de energia). A MP foi publicada em edição extra no *Diá-*

rio Oficial da União (DOU).

Pela MP, todos os custos dessas decisões, financeiros e ambientais, serão pagos por meio de um encargo embutido na conta de luz – Encargos de Serviço do Sistema (ESS), que é pago por todos os consumidores, sejam os cativos atendidos por distribuidoras ou os livres (grandes consumidores, como indústrias).

O governo trocou também o nome e a composição do comitê que poderá determinar medidas como mudanças nas vazões de reservatórios e hidrelétricas. Agora, as ações serão da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (CREG). Na versão anterior, era Câmara de Regras Operacionais Excepcionais para Usinas Hidrelétricas (CARE).

● ‘Riscos de escassez’
“(Caberá ao comitê) adotar medidas emergenciais para enfrentar os riscos de escassez hídrica, a fim de garantir a segurança do suprimento eletroenergético.”
Trecho da medida provisória

O texto prevê que o ministro poderá praticar atos “ad referendum”, o que significa que Bento Albuquerque poderá definir medidas de forma individual, antes das deliberações com o restante das autoridades. Essas decisões deverão ser analisadas posteriormente nas reuniões.

Caberá ao comitê “adotar medidas emergenciais para enfrentar os riscos de escassez hídrica, a fim de garantir a continuidade e segurança do suprimento eletroenergético”. O grupo será formado ainda pelos ministros do Desenvolvimento Regional, da Agricultura, do Meio Ambiente, da Infraestrutura e da Economia – este último estava ausente na primeira versão da MP.

A MP, porém, não traz muitos detalhes sobre o que seriam as “medidas excepcionais” que poderão ser adotadas.

Em 2001, o governo também formou um grupo para gerenciar a crise no setor elétrico. A Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica (GCE) foi criada por meio de medida provisória dois meses antes do início do racionamento.

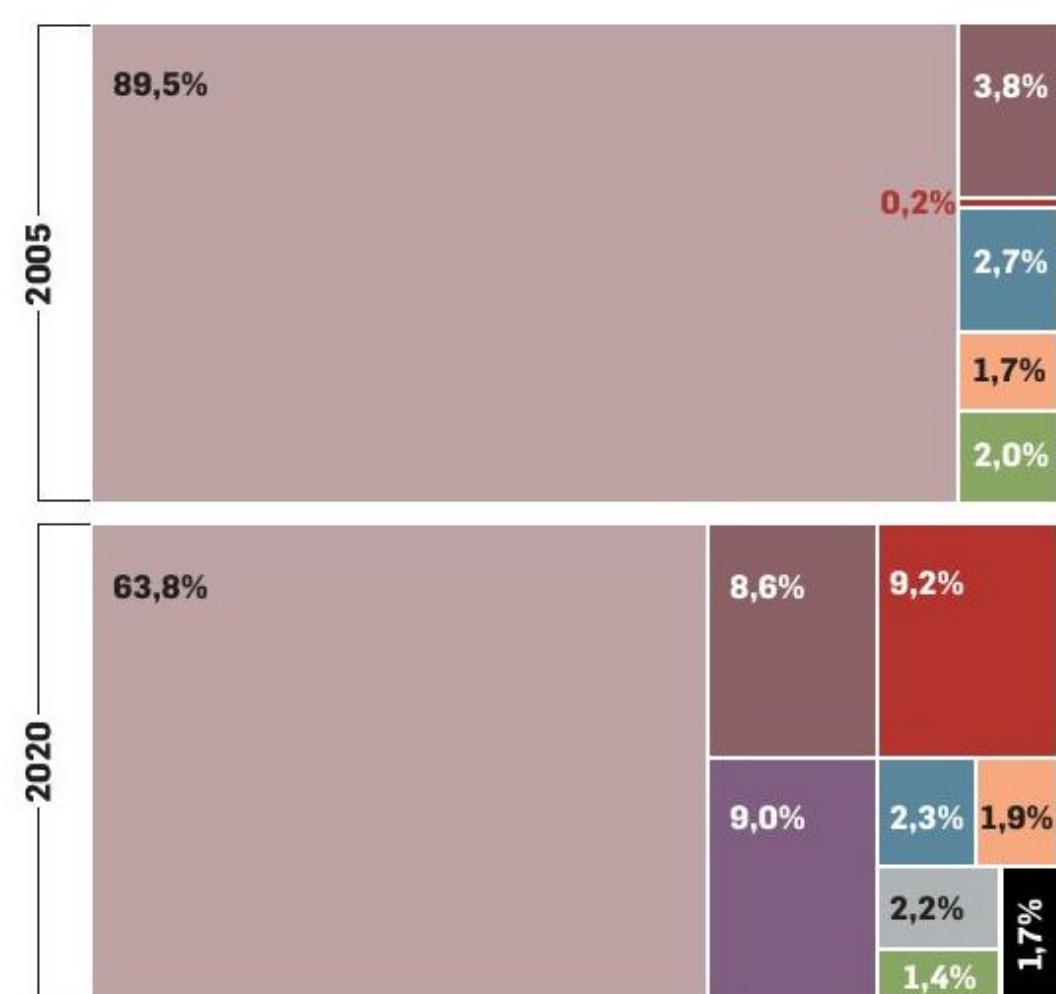
O texto da MP de 2001 já dei-

NOVA ESTRUTURA

Como era a matriz elétrica brasileira em 2005 e agora

Matriz elétrica

■ HIDRÁULICA ■ GÁS NATURAL ■ EÓLICA ■ BIOMASSA ■ NUCLEAR
■ CARVÃO ■ OUTRAS ■ DERIVADOS DE PETRÓLEO ■ SOLAR



FONTE: EPE E ONS

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

xava claras as medidas que poderiam ser adotadas, como o funcionamento e as metas do programa emergencial de redução compulsória de consumo; medi-

das para atenuar os impactos da crise sobre crescimento, emprego e renda; propostas de diversificação da matriz energética; restrições ao uso da água de hidrelé-

tricas; e a cobertura das perdas das distribuidoras, que tiveram direito a reajustes extraordinários em razão dessas decisões.

Furnas. O texto destaca que o comitê deverá “buscar a adequada compatibilização da política energética, de recursos hídricos e ambiental”, observadas as prioridades para consumo humano e a dessedentação de animais. Um dos parágrafos indica que as vazões das hidrelétricas poderão ser reduzidas até um ponto em que “sejam superiores às vazões que ocorreriam em condições naturais, caso não existissem barragens na bacia hidrográfica”.

Isso significa que o Poder Executivo terá autoridade para adotar medidas que podem afetar negativamente lagos de regiões turísticas ou operações de hidrovias. O eventual impacto dependerá da capacidade de as vazões que ocorreriam em condições naturais garantirem o nível de água suficiente para viabilizar as atividades turísticas e de hidrovias.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), já havia demonstrado publicamente incômodo com a publicação da MP, já que ela permitirá restringir o reservatório da hidrelétrica de Furnas, no sul de Minas Gerais, e priorizar o uso da água para energia. / A.W., GUSTAVO PORTO e MARLLA SABINO